



SER E NÃO SER NA FRONTEIRA Xoán Carlos Lagares¹

Acontece com as línguas como com muitas outras *entidades* que costumamos nomear e às quais fazemos constante referência, isto é, que não temos delas uma única definição possível, que delas falamos no nosso cotidiano sem nos preocuparmos de ter em mente uma caracterização precisa, totalmente unívoca. Marcos Bagno (no prelo), no texto de uma conferência que será publicado proximamente num livro coletivo, compara essa situação com a que expõe Santo Agostinho ao se perguntar o que seria o tempo: “se ninguém me pergunta, sei; se me pedem que explique, não sei”.

As definições de língua com que contamos são variadas porque dependem, como afirmava o Saussure do *Curso de Linguística Geral*, do ponto de vista adotado. Se a linguística, segundo o autor genebrino, é uma ciência que cria seu próprio objeto (SAUSSURE, 1972), diferentemente de outras disciplinas científicas, que lidam com matéria mais ou menos tangível e pré-existente (as pedras da geologia, os planetas da astronomia, os micróbios da biologia...), não é estranho que, dependendo do viés teórico disciplinar, o objeto também apareça aos nossos olhos nas mais diversas formas: como dado biológico de uma rede neuronal, como aparelho sociocognitivo, como dispositivo semiótico, como sistema estruturante da sociedade e da história, como construção simbólica, como instrumento de comunicação, como instituição política...

Devemos também a essa quase inextricável rede de sentidos que emaranha

¹ Doutor em Filologia Hispânica, Seção Galego-Português, pela Universidade da Corunha (Espanha). Professor adjunto da Universidade Federal Fluminense.
E-mail: <xlagares@gmail.com>.



a concepção de língua a impossibilidade de determinar o número exato de idiomas falados pela humanidade, assim como a dificuldade para distinguir claramente entre o que seriam línguas diferentes ou variedades de um mesmo idioma.

O galego, que no Noroeste da Península Ibérica (na *Gallaecia Magna* romana, que abrangia o que hoje é a Galiza e o Norte de Portugal) substituíra o latim na prática escrita dos tabeliões durante a Idade Média, que fora usado como língua lírica por trovadores das mais diversas procedências nesse mesmo período histórico, deixou no séc. XVI de ser empregado na Galiza, com algumas exceções pontuais, para a expressão escrita. Enquanto no reino de Portugal a versão meridional do galego-português era submetida a um processo de gramatização (AUROUX, 1992), as falas localizadas ao norte do rio Minho, fronteira entre reinos e depois entre Estados, continuaram sua existência sob domínio da língua escrita espanhola, ficando à margem dessas transformações.

A independência do Reino de Portugal e a submissão da Galiza aos reis de Castela selaram destinos históricos muito diferentes para os habitantes que viviam de um e de outro lado do rio Minho. O galego-português deixou de ser língua escrita na Galiza durante mais de três de

séculos, do séc. XVI ao XVIII, como consequência da perda de poder político das elites locais, isto é, deixou de ser utilizado na redação de documentação notarial e na literatura *culta*. Um período que a historiografia galega vem chamando, não sem certo dramatismo, de *Séculos Escuros*.

Nesse momento, inicia-se, portanto, na Galiza um processo de substituição linguística, provocado pela imposição da língua do Estado, que se faz mais efetiva, sobretudo, a partir do século XVIII. Essa imposição provoca uma fratura vertical e horizontal no uso das línguas em conflito na sociedade galega, tornando a distinção sócio-econômica e geográfica, em torno do eixo campo-cidade, uma variável fundamental para dividir os falantes. O uso do galego passa a identificar socialmente pessoas das classes trabalhadoras, com baixo nível de escolaridade e, numa sociedade fundamentalmente rural como foi a galega durante séculos, moradoras de pequenas aldeias e vilas. O espanhol, a língua da administração do Estado, da educação, da escrita, penetra na Galiza através das elites dirigentes, posteriormente dos grupos sociais intermediários (comerciantes e pequenos industriais), chegando a identificar socialmente a classe média urbana. Essa situação de bilinguismo diglósico prolonga-se durante séculos e chega, com poucas mudanças, até a atualidade.

No século XIX acontecem importantes transformações políticas e econômicas. Embora o desenvolvimento do Estado nacional na Europa aconteça sobre a base dos Estados patrimonialistas e absolutistas, a vitória política da burguesia, simbolizada pela Revolução Francesa, provocou uma mudança no conceito de soberania, que deixou de encarnar na figura do monarca para passar a residir no povo da nação (HARDT e NEGRI, 2000, p. 97-13). A própria ideia de povo como entidade depositária de valores e conhecimentos que servem para a construção de uma identidade nacional homogênea, produto de uma unidade primordial, deve-se em boa medida a um renascimento cultural populista empreendido pelo romantismo (HOBSBAWN, 2002, p. 127).

E é precisamente nesse momento histórico que nasce a identificação absoluta entre língua e nação. O Estado-nação contemporâneo assume o compromisso de unificar a enorme multiplicidade das falas sob um modelo de língua que, com uma administração pública presente em todo o território, com a extensão do ensino obrigatório e com o desenvolvimento dos transportes e dos meios de comunicação de massa, poderia se impor a todos os habitantes de um mesmo país.

A fronteira entre a Galiza e Portugal começa então a se fazer mais densa, adquirindo uma solidez que antes não tinha, de maneira que as falas do outro lado passam a identificar, nesse círculo vicioso das identidades linguísticas e nacionais, uma língua estrangeira. Quem não lê os nossos jornais, nem ouve a nossa música ou, hoje diríamos, quem não assiste aos nossos programas de televisão, é efetivamente aquele que partilha uma memória estranha, é o estrangeiro que não fala a nossa língua.

O retorno da escrita em galego, no século XIX, acontece nesse contexto de construção das identidades

nacionais, e faz parte de um movimento político de base regionalista (que a partir de 1916 se assumirá também nacionalista). Nesse processo, a atuação dos escritores é fundamental para dar corpo a uma ideia de língua. Rosalia de Castro é autora do primeiro livro, de poesia, escrito integralmente em galego e publicado em 1863. No prólogo, um dos primeiros textos em prosa galega moderna, ela reconhece as dificuldades de se escrever numa língua com uma tradição literária perdida na Idade Média e que, nessa altura, era quase desconhecida. A insegurança de escrever sem *língua* manifesta-se nestas palavras da autora:

Sin gramática nin regras de ningunha clas, o lector topará moitas faltas de ortografía, xiros que disoarán ós oídos dun purista; pro ó menos, e pra desculpar em algo estes defectos, puxen o maior coidado en reproducir o verdadeiro espírito do noso pobo, e penso que o conseguín en algo... (CASTRO, 2008).

Para além da *captatio benevolentiae* que caracteriza o gênero dos prólogos, esse fragmento reproduz algumas das ideias mais comuns sobre o que são ou sobre o que devem ser as línguas, pelo menos a partir do séc. XIX, no sentido de se considerar que a língua pura é uma realidade pré-existente, e que a correção idiomática é seu corolário. Mas, como falar em *purismo* numa língua não gramatizada? Como falar em *faltas de ortografia* sem ortografia, isto é, antes da existência de uma grafia *reta* ou *correta*? Como escrever sem *língua*? A questão gráfica é resolvida na altura simplesmente escrevendo com o sistema ortográfico do espanhol, língua em que foram (e ainda são) alfabetizados os escritores galegos, consolidando-se assim a fronteira linguística, que é também (ou sobretudo) comercial e política, com Portugal.

Mas a polêmica sobre a forma de se escrever a língua, sobretudo no que diz respeito à representação de fonemas que o espanhol não tem ou àqueles grafemas que identificam simbolicamente o idioma oficial da Espanha (como o ñ), é uma constante a partir desses primeiros momentos de recuperação do galego para a escrita. Uma polêmica que se mantém viva até os dias de hoje.

Não é estranho que o conflito normativo se expresse fundamentalmente através da grafia, pois, considerando o papel que cumpre a língua escrita nos processos de delimitação linguística, ela se torna autêntica fronteira simbólica que delimita o seu espaço. Embora desde o ano 1981 uma opção normativa, de tendência *autonomista*, que emprega basicamente o sistema ortográfico do espanhol, se tornasse de fato oficial, outras propostas circularam nos meios acadêmicos e culturais, como alternativas *reintegracionistas*. Durante anos esta última corrente, que propugna a aproximação do galego ao português, esteve dividida entre os *mínimos* e os *máximos ortográficos*, isto é, entre aqueles que defendiam uma primeira fase em que apenas as opções morfológicas coincidentes com o português deveriam constituir a norma, deixando o aspecto ortográfico, mais difícil de ser aceito socialmente, para um segundo momento, e os que passaram a empregar imediatamente uma grafia mais etimológica do galego.

Hoje, como já previram Álvarez Cáccamo e Herrero Valeiro (1996), que interpretam a situação da escrita do galego como um *continuum* entre espanhol e português, uma situação típica das línguas crioulas, essa situação simplificou-se, de modo que a estratégia dos *mínimos* perdeu o seu lugar. Embora reconhecessem até 12 variedades nesse *continuum* normativo, identificáveis por apenas uns poucos traços simbólicos relevantes, esses autores enxergavam naquele artigo de 1996 um futuro que coincide exatamente com a situação atual, quando além do espanhol e do português apenas duas outras normas linguísticas sobreviveram na Galiza, a autonomista do Instituto da Língua Galega e da Real Academia Galega, e a reintegracionista da Associação Galega da Língua.

O conflito normativo, que envolve, como explicamos em Lagares (2010), questões políticas de identidade linguística, apresenta-se em muitas ocasiões como uma disputa simplesmente *técnica* entre especialistas. Argumentos diacrônicos, testemunhos históricos e descrições estruturais são confrontados por linguistas e filólogos para defender a identidade total ou, contrariamente, a mera familiaridade *genética* entre falas galegas e portuguesas. Mas a maioria dessas discussões

sobre o ser do galego, isto é, sobre o que o galego é de fato no espaço linguístico românico e em relação com o português, partem inevitavelmente de alguma ideia prévia sobre o *dever ser*, é dizer, de alguma posição política ou estratégica em torno da situação linguística atual.

Mesmo reconhecendo a necessidade metodológica de delimitarmos uma noção de língua sistêmico-estrutural, diferente da concepção sócio-histórica relacionada com a vida política da comunidade de fala, não há como evitar que as considerações gerais sobre os fenômenos linguísticos se baseiem em idealizações categorizadoras. E essas idealizações, que nos permitem afirmar que uma certa característica é própria do galego ou do português, surgem historicamente como produtos sociais de determinadas memórias discursivas. Por esse motivo, e sem que as partes no conflito pareçam dispostas a reconhecê-lo, a discussão sobre o ser do galego de uma perspectiva linguístico-estrutural parece ser realmente infindável, pelo menos enquanto não se chegar a algum consenso político sobre a sua posição *estratégica* na relação com o português.

Parece evidente que o afastamento das falas provocado pela fronteira política influenciou fortemente nas *representações* dos falantes, assim como nas suas *práticas* efetivas. E, segundo Calvet (2004), umas e outras devem ser levadas em consideração para uma abordagem *ecológica* das línguas, isto é, para compreendermos o funcionamento dos idiomas em seu contexto social e histórico.

Como explica Pierre Bourdieu (1996, p. 110), a fronteira política produz diferença cultural ao mesmo tempo em que é por ela produzida, de modo que a realidade linguística resultante dessa intervenção sobre o território e as comunidades pode ser modelada de diversas formas: no sentido de se refazer o que a história tinha desfeito, e então teremos tentativas de reconstrução da comunicação

entre ambos os lados da fronteira; ou, contrariamente, com o intuito de se consolidarem essas diferenças. Nesse sentido, a atual relação entre o galego e o português é um bom exemplo de como a fronteira política supõe uma intervenção exterior sobre um nicho ecolinguístico, como explica Calvet (2004, p. 64), reorganizando as relações inter e extralinguísticas e modificando o seu sistema gravitacional.

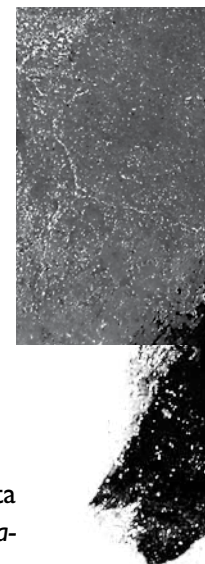
Por um lado, mudanças aconteceram nas falas de ambos os lados da fronteira, acentuando algumas divergências históricas. Muitas dessas divergências, no caso do galego, são causadas pela interposição do castelhano, que se impõe para todos os falantes da Galiza como único modelo de correção linguística, constituindo o autêntico centro em torno do qual gravitam as falas galegas. Pelo outro, a fronteira provocou uma situação de incomunicação entre ambos os lados, fazendo com que, para cada uma das partes, o habitante da margem contrária do rio Minho passasse a ser considerado *o outro* também (ou sobretudo) do ponto de vista linguístico.

Independentemente do que pensemos sobre as consequências linguísticas desse processo histórico de separação política da comunidade galego-portuguesa, seja qual for a noção de língua empregada para afirmar a completa identidade ou a individualização do galego e do português, o certo é que todas as opções normativas para o galego se baseiam naquilo que Milroy (2001) denominou a *cultura da padronização*, que se fundamenta numa firme crença na *correção* e consagra os seus esforços a um processo de construção de língua. E isso é assim mesmo quando não há coincidência total entre os técnicos da linguagem sobre qual seja realmente a forma correta a ser empregada. Talvez o empenho na construção de uma língua galega seja absolutamente necessário para

conseguirmos a sobrevivência das falas e da memória histórica que elas transmitem. E esse empenho esteve sempre unido na Galiza a um desejo de construção de cidadania, com a língua representando um importante papel para a coesão social e para a recuperação da auto-estima dos galegos, mesmo com todas as deficiências e limitações desse processo ao longo da história.

Ora bem, a atualização dessa tradição galeguista e a legítima luta para conseguir que o galego ocupe um lugar prioritário na sociedade, seja qual for a norma utilizada para isso, não é contraditória, de nosso ponto de vista, com o explícito reconhecimento de ocuparmos o entre-mio de dois espaços linguísticos, um lugar intermediário entre o castelhano e português. Talvez uma política para o galego que contemple essa realidade fronteiriça como oportunidade, ao invés de vê-la como ameaça, superando toda noção de *purismo* característica dos processos de elaboração de línguas nacionais, poderia contribuir à construção de um novo tipo de identidade linguística. Uma identidade que funcione para além das dicotomias, capaz de integrar a diferença em si mesma, tornando possível o diálogo cultural com ambas as constelações linguísticas, a espanhola e a portuguesa.

Quando vista dessa perspectiva, que foca a sua atenção nos falantes e não na *Língua*, a polémica sobre a norma do galego passa a ocupar uma outra dimensão, e o que se torna realmente relevante é responder às seguintes questões: como articular medidas que consigam oferecer aos falantes de galego a oportunidade de dialogarem com a diversidade linguística do português (pois com a do espanhol eles já dialogam)? Que tipo de educação linguística conseguiria fazer com que (todos) os galegos considerássemos esse peculiar *outro*, falante de português, parte de nós mesmos?



Referências

ÁLVAREZ CÁCCAMO, Celso; HERRERO VALEIRO, Mário. O *continuum* da escrita na Galiza: Entre o espanhol e o português. *AGAL. Revista Internacional da Associação Galega da Língua*, n. 46, p. 143-56, 1996.

BAGNO, Marcos. O que é uma língua. *Imaginário, ciência & hipóstase* (no prelo).

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Lingüísticas: O que Falar Quer Dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

CALVET, Louis-Jean. *Por unha ecoloxía das línguas do mundo*. Santiago de Compostela: Laiovento, 2004.

CASTRO, Rosalía de. Prólogo a *Cantares Gallegos*. In: GARCÍA NEGRO, Pilar (org.). *Escolma de textos de Rosalía de Castro*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2008. Disponível em: <http://www.culturagalega.org/album/docs/doc_16_escolmatextos.pdf>. Acesso em: 28 de abril de 2011.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Imperio*. Barcelona – Buenos Aires – México: Paidós, 2002.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LAGARES, Xoán Carlos. Identidade e (in)definição linguística. Galego e/ou Português. In: MOITA LOPES, Luis Carlos; CABRAL BASTOS, Liliana (orgs.). *Para além da identidade. Fluxos, movimentos e trânsitos*, p. 129-49. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

MILROY, James. Language ideologies and the consequences of standardization. *Journal of Sociolinguistics* 5/4, p. 530-555. Oxford: Blackwell, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1972.